

A. I. N° - 938096-5
AUTUADO - BMS UTILIDADES DOMÉSTICAS E ARTIGOS PARA DECORAÇÕES LTDA.
AUTUANTE - JOSÉ ARNALDO REIS CRUZ
ORIGEM - IFMT DAT/METRO
INTERNET - 05/02/07

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0013-03/07

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. OPERAÇÕES DE VENDAS SEM EMISSÃO DO DOCUMENTO FISCAL CORRESPONDENTE. MULTA. A legislação prevê a aplicação de multa por descumprimento de obrigação acessória aos estabelecimentos que forem identificados realizando operações sem emissão da documentação fiscal. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 19/04/2006, refere-se à exigência da multa no valor de R\$690,00, por falta de emissão de documentos fiscais, nas vendas realizadas a consumidor final, conforme Termo de Auditoria de Caixa.

O autuado apresentou impugnação à fl. 10, alegando que, por erro de um funcionário, deixou de emitir o cupom fiscal referente a uma determinada venda efetuada com cartão de crédito. Diz que após ter constatado o fato, a operação foi imediatamente regularizada, salientando que a empresa não tem motivo para sonegar imposto, tendo em vista que esse tipo de venda é informado ao fisco pelas administradoras de cartões de crédito. Pede redução do valor exigido no presente Auto de Infração, sob o argumento de que a empresa não dispõe de recurso suficiente para quitar o débito.

Na informação fiscal prestada às fls. 27/28 dos autos, o autuante esclarece que a autuação foi efetuada com base na lavratura do Termo de Auditoria de Caixa e Visita Fiscal, sendo constatado que houve venda de mercadoria sem emissão de documento fiscal. Quanto à alegação do autuado de que foi um erro do funcionário, diz que foram encontrados valores em dinheiro e cartão, no montante que desmente essa alegação.

VOTO

Da análise acerca das peças e comprovações que compõem o processo, constato que a multa foi aplicada em decorrência da falta de emissão de notas ou cupons fiscais nas operações de vendas de mercadorias a consumidor final, sendo lavrado o Termo de Auditoria de Caixa, à fl. 04 dos autos.

Embora o autuado reconheça o cometimento da irregularidade apurada, argumenta que houve erro de um funcionário e pede redução do valor exigido no presente lançamento.

No caso em exame, o Termo de Auditoria de Caixa constante do PAF constitui elemento de prova para caracterizar que o contribuinte estava realizando operação sem nota fiscal, e o valor da multa exigida é estabelecido no art. 42, inciso XIV-A, alínea "a", da Lei nº 7.014/96.

Constato que o autuante consignou no mencionado Termo de Auditoria de Caixa, inexistência de saldo de abertura; total em dinheiro, R\$163,00; total em cartão, R\$417,88; total de numerário de R\$580,88; somatório dos valores relativos aos cupons e notas fiscais R\$92,89; Diferença apurada: R\$487,99.

Considerando que não foi constatada a emissão de cupons ou notas fiscais, foi apontada a diferença que resultou na aplicação da multa, cujo levantamento foi assinado pelo autuado, que no momento

da ação fiscal não comprovou a diferença apurada, constituindo assim, prova suficiente da falta de emissão de documentos fiscais pelas vendas realizadas a consumidor final.

Vale ressaltar, que o preposto fiscal, de forma correta, exigiu a emissão da Nota Fiscal, série D-1, de nº 9761 (fl. 03), no valor da diferença apurada, o que consubstancia o presente lançamento, referente à exigência da multa por descumprimento de obrigação acessória. Assim, entendo que no presente processo, encontram-se os elementos suficientes para comprovar a irregularidade apurada.

Quanto ao pedido formulado pelo defendente para a redução da penalidade aplicada, não pode ser atendido, tendo em vista que não ficou comprovado nos autos que a infração apurada não implicou falta de recolhimento do imposto.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração **nº 938096-5**, lavrado contra **BMS UTILIDADES DOMÉSTICAS E ARTIGOS PARA DECORAÇÕES LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$690,00**, prevista no art. 42, inciso XIV-A, alínea “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios de acordo com o previsto pela Lei 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 29 de janeiro de 2007.

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – PRESIDENTE/RELATOR

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - JULGADOR

OLAVO JOSÉ GOUVEIA OLIVA - JULGADOR